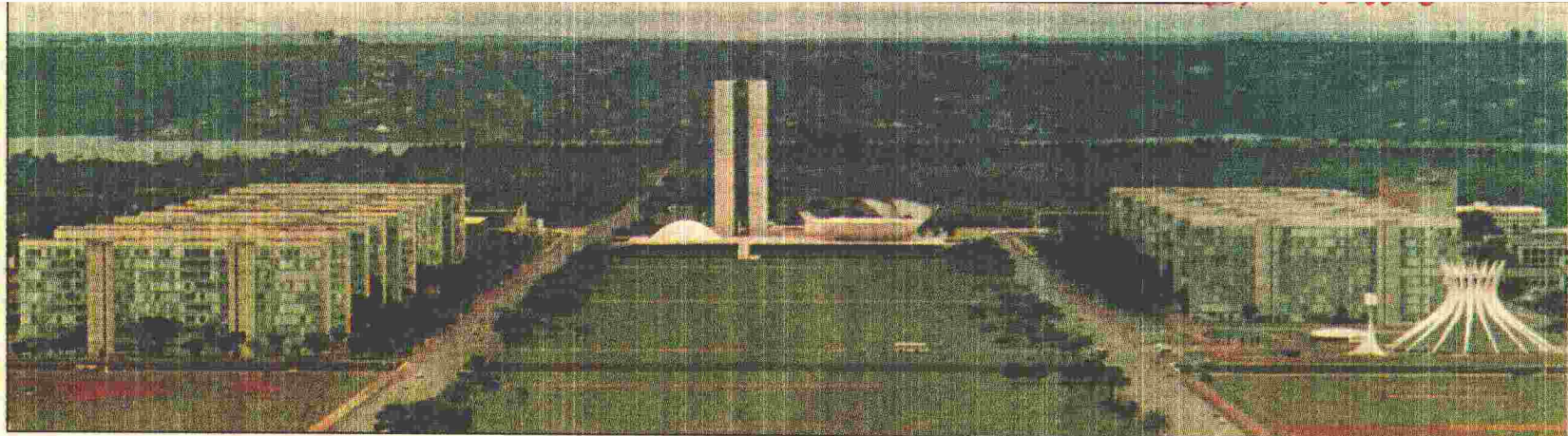




A obra de Oscar Niemeyer entrou para a lista do patrimônio mundial há dez anos, quando a cidade tinha apenas 27 anos

Tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade, Brasília deixa população orgulhosa

A eterna polêmica das duas faces de Brasília, a real e a legal

Crescimento da capital exige mudanças não permitidas

FÁTIMA XAVIER

POUCO ANTES da Unesco declarar Brasília Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade naquela tarde de 7 dezembro de 1987, em Paris, a comissão brasileira que defendia a proposta viveu momentos de angústia. Brasília, por si mesma, era um desafio: pelas normas da organização, apenas bens culturais seculares ingressavam na lista do patrimônio mundial. Na época, a capital brasileira tinha apenas 27 anos.

Havia também uma decisão anterior. O exame das novas cidades do século XX estava adiado até que o conjunto das cidades históricas tradicionais fosse inscrito na lista do patrimônio mundial. Tudo ficou resolvido com a intervenção do professor de Arqueologia da Universidade de Paris, León Pressouyre, relator do processo de Brasília.

“O objetivo do tombamento é proteger uma obra singular, moderna, a única cidade construída neste século, a partir do nada, para ser a capital do País, constituindo-se assim em magnífico exemplo histórico”, disse Pressouyre, segundo afirmou o jornalista Osvaldo Peralva em carta enviada de Paris ao então governador de Brasília, José Aparecido de Oliveira, responsável pelo tombamento da cidade.

Orgulho - Na verdade, essa discussão permanece até hoje, agora do lado de cá do Oceano Atlântico, na cidade tombada. Nenhum homem público ou cidadão comum, em Brasília, ousa dizer que é contra o tombamento da cidade. Todos se orgulham. Mas só isso eles têm em comum.

O secretário de Obras do Governo Aparecido, ex-genro e amigo fiel do

professor Oscar Niemeyer, radicaliza: “Sou legalista. Se existe lei, tem que ser obedecida”. O presidente do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), o arquiteto Luiz Philippe Torelly, quer a flexibilização da lei exatamente pelo fato de Brasília ser tão nova e já estar tombada.

“Brasília é um paradoxo. É uma cidade tombada que ainda não está pronta. A situação é inusitada”, constata. Ele admite que há discordância quanto à forma de gestão do tombamento. “É muito ortodoxa. Dá-se pouco espaço para a participação da sociedade”. E o tombamento, na opinião do arquiteto, só vai ser respeitado e conseguir se manter quando for assimilado pela população. “Quando a gente vai legislar sobre uma cidade deve procurar juntar a cidade real com a cidade legal e torná-las uma coisa só”.

Críticas - O arquiteto acusa o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de ter uma postura inflexível diante do uso social que já está consagrado. E cita como exemplo o comércio local da Asa Sul que está se arrastando há muitos anos. Os comerciantes estão invadindo a área pública e a rua é intransitável nos horários de pico.

Ele defende a preservação das quatro escalas do Plano Piloto, como determina a lei que transformou a cidade em patrimônio mundial (monumental, gregária, residencial e bucólica), assim como a estrutura básica e a qualidade de vida que o Plano Piloto proporciona, mas é tão intransigente quanto Magalhães ao afirmar que é preciso também que se permitam algumas alterações neces-



Geraldo Magela

José Aparecido, ex-governador: o responsável pelo tombamento

sárias para melhorar essa mesma qualidade de vida.

Na opinião de Torelly, se o Estado cria normas muito rígidas, acaba estimulando a burla e é isso o que tem acontecido. As principais deformações do Plano Piloto - que

são poucas na sua avaliação - poderiam ser resolvidas desde que se incorporasse com mais facilidade o uso social que essas áreas já vêm tendo. “As discussões deveriam sair dos escritórios para a sociedade”, propõe.

Em defesa do patrimônio histórico

QUE NINGUÉM fale em flexibilização perto do ex-governador José Aparecido quando o assunto é a preservação de Brasília. Responsável pelo tombamento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade, ele está em Lisboa, mas promete chegar logo para deflagrar um movimento inédito em defesa de Brasília. Ele quer botar a boca no mundo, fazer um amplo trabalho de conscientização, principalmente entre os jovens, para que a população seja a primeira a defender esse patrimônio. Nada de leis flexíveis, portanto.

No balanço que fez para o **Jornal de Brasília**, Aparecido não tem dúvidas. “Se Brasília não fosse tombada, estaria hoje desfigurada como Belo Horizonte e Goiânia, cidades também planejadas”, afirmou. O temor por um destino assim reapareceu com a discussão de alguns segmentos da sociedade que defendem leis mais condescendentes quando o objetivo é mexer no plano urbanístico da cidade. “Quem deseja isso são os especuladores imobiliários. Até hoje, eles não se conformaram com o tombamento”, constatou.

Interesses - Aparecido disse que os especuladores tentaram difundir a falsa impressão de que o tombamento iria impedir o desenvolvimento da cidade mas, contra eles, o ex-governador conta com os procuradores do Ministério Público Federal. “São jovens interessados e competentes. Vou convocá-los para participar desse movimento”, afirmou.

Em meio à conversa, o ex-governador perguntou se aquele prédio

abandonado à beira do Lago Paranoá ainda existia. “Pois é, na minha época eu queria implodir aquela coisa horrível, mas era muito caro e não tínhamos dinheiro para isso”. Agora, está preocupado com o Projeto Orla. “Quando chegar aí, quero conhecer esse projeto em detalhes. É preciso tomar cuidado com esses novidadeiros”, avisou.

Outro “inflexível” é o ex-secretário de Obras de Aparecido, Carlos Magalhães. Se você abre uma exceção, é o fim. Eles vão comendo pela beirada como estão fazendo com esse projeto Orla”, ironizou. Para Magalhães, a preservação de Brasília está atrelada ao desenvolvimento das cidades satélites, do Entorno do Distrito Federal e da Região Geoeconômica.

Perspectiva - “Ninguém pode pensar que Brasília, o Plano Piloto, que tem menos de 300 mil habitantes, pode ser a perspectiva de trabalho para quase dois milhões de pessoas. Quem pensar que preservação é só não fazer um prediozinho aqui, um puxado ali, está enganado. O desenvolvimento do Entorno vai aliviar a pressão da especulação imobiliária sobre Brasília.

Magalhães admite que houve um erro na concepção de Brasília. Erramos ao atrelar as cidades satélites ao Plano Piloto, que é único, tombado. Hoje, ele defende a diminuição do Distrito Federal, que ficaria restrito à área tombada. As cidades satélites? “Não sei. Podem formar um novo estado. O fato é que cada uma precisa seguir o seu destino”, avaliou. (F.X.)

Ocupação parcial de área pública

FAZER UM puxado, derrubar parede e cercar área verde são ações frequentes, sobretudo nas quadras comerciais locais, mesmo sendo proibido, porque está modificando o gabarito da cidade. Quem o fizer, não importa se a Administração Regional do Plano Piloto autorizou, está cometendo crime contra o patrimônio não apenas público e brasileiro, mas de toda a humanidade.

A saída? O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) está estudando a possibilidade de autorizar um avanço das lojas até onde corresponder a projeção das marquises, inclusive no andar de cima. Bares e restaurantes poderiam avançar mais um pouco, três metros talvez, mas apenas para colocar mesas com guarda-sol. Os engarrafamentos de trânsito, segundo Rogério Dias, da Comissão Especial de Brasília, não tem solução.

Trânsito - “Esse tipo de problema existe em qualquer lugar do mundo. Se você não encontra estacionamento perto do local que pretende visitar, estacione mais longe, como todo mundo faz em outras cidades”, recomenda Dias. A maior prova que a forma como a cidade foi projetada está correta é o fato de que, depois dos horários de pico, o trânsito flui normalmente. “O problema acontece porque todos saem de casa e voltam do emprego no mesmo horário”, constata.

Assim como o presidente da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), José Roberto Bassul, Dias acredita que muita gente não

entende bem o que é tombamento. Na opinião dos dois, a cidade não está engessada. O que foi tombado foram as quatro escalas - monumental, gregária, residencial e bucólica - e algumas edificações como a Catedral, o Congresso Nacional, o Itamaraty e os Palácios, projetos de Oscar Niemeyer.

Gabarito - “Se alguém quiser derrubar todo o comércio local de determinada quadra e construir tudo de novo com qualquer tipo de arquitetura, cor e janelas, não terá problema”, garante. Só não pode ser diferente do gabarito, ter mais de um andar, por exemplo, construir mais de 11 blocos por superquadra ou prédios residenciais com mais de seis andares.

O grande desafio é conciliar a preservação da concepção urbanística com a dinâmica própria da vida urbana”, avalia Bassul. Ele admite que há um preconceito contra o tombamento, mas responsabiliza a desinformação. Bassul lembra ainda quantas mudanças já ocorreram na Avenida W-3 Sul.

Rogério Dias diz que assim como existem quatro escalas no plano urbanístico da cidade, existem quatro pragas no trabalho de preservação da cidade. A primeira é a especulação imobiliária; depois, a invasão de área pública; em terceiro lugar, a poluição provocada pela publicidade — faixas e outdoors — e, por último, leis exdrúxulas aprovadas da Câmara Legislativa. “Sem mencionar a falta de informação, inclusive dos parlamentares”, aposta. (F.X.)